

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PODERES

Emitente: *Unidade Central de Controle Interno*

Entidade: *Poder Legislativo do Município de Conceição do Castelo - ES*

Gestor responsável: Roberto Pessin Desteffani

Exercício: 2023

RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

2 – ITENS DE ABORDAGENS PRIORITÁRIA E COMPLEMENTAR

A seguir apresentaremos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo. A indicação de “analisado” constante na tabela abaixo, significa que o item foi alvo de análise durante o exercício de 2023, fazendo parte dos procedimentos de rotina com acompanhamento em sistema próprio informatizado, não sendo necessário gerar processo paralelo e/ou formar um universo ou amostra.

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos administrativos analisados¹⁵	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle¹⁶	Amostra selecionada¹⁷
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	1840/2024	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	160	43
1.2. Gestão Previdenciária						
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Não analisado	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Não analisado	Não analisado
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Não analisado	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Não analisado	Não analisado
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Não analisado	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Não analisado	Não analisado

1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Não analisado	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local 	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Não analisado	Não analisado
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Não analisado	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: <ul style="list-style-type: none"> a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente. 	Não analisado	Não analisado
1.2.6	Registro por competência - Receitas de Contribuições	Não analisado	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Regime de Competência 	Verificar se o RPPS está registrando por competência (Variação Patrimonial Aumentativa) as receitas de contribuições previdenciárias, parte patronal, parte do servidor, dos inativos e pensionistas e as decorrentes do plano de amortização.	Não analisado	Não analisado
1.2.7	Registro por competência – multas e juros por atraso no pagamento	Não analisado	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Regime de Competência 	Verificar no RPPS se houve o registro por competência decorrente da receitas/VPA (Variação Patrimonial Aumentativa) com multas e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Não analisado	Não analisado
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Não analisado	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Não analisado	Não analisado
1.2.9	Despesa Administrativa	Não analisado	<ul style="list-style-type: none"> • Lei 9717/98, art. 6, VIII; • Portaria 403/2008, art. 15. • Lei Local. 	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	Não analisado	Não analisado

1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	Não analisado	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	Não analisado	Não analisado
1.2.11	Disponibilidades financeiras – Limites e condições de proteção e prudência nas aplicações	Não analisado	LC 101/2000, art. 43, § 1º. c/c Lei nº 9.717/1998, art.6,inciso IV.c/c Resolução CMN nº 3.922/2010.	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial,segundo as determinações do Conselho Monetário Nacional.	Não analisado	Não analisado
1.2.12	Disponibilidades financeiras – vedações	Não analisado	LC 101/2000, art. 43, § 2º.	Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.	Não analisado	Não analisado
1.2.15	Escrituração Contábil - Registro das provisões matemáticas previdenciárias	Não analisado	LC 101/2000, art. 69; Lei 4.320/1964, art. 100. Lei 9.717/98, art. 1º. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC, MCASP, Portaria MPS 403/2008, art. 17 e demais correlatas	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias	Não analisado	Não analisado
1.2.16	Escrituração Contábil	Não analisado	Normas Brasileiras de Contabilidade e MCASP	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Não analisado	Não analisado
1.2.17	Conciliação de contas	Não analisado	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de créditos previdenciário a receber (BALPAT)	Não analisado	Não analisado
1.2.18	Conciliação de contas	Não analisado	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC)	Não analisado	Não analisado

1.2.19	Conciliação de contas	Não analisado	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Consistência do balanço actuarial (BALATU) com o registro de provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)	Não analisado	Não analisado
--------	-----------------------	---------------	---	---	---------------	---------------

1.3. Gestão Patrimonial

1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Não analisado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Não analisado	Não analisado
1.3.2	Bens móveis, imóveis e Intangíveis – Registro e controle	Não analisado	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Não analisado	Não analisado
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Analisado	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Analisado	Analisado
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Analisado	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Analisado	Analisado
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Não analisado	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Não analisado	Não analisado
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Não analisado	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Não analisado	Não analisado

1.4. Limites constitucionais e legais

1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Não analisado	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Não analisado	Não analisado
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	1840/2024	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Analisado	Analisado
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Não analisado	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Não analisado	Não analisado
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	Não analisado	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Não analisado	Não analisado
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	1840/2024	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Analisado	Analisado
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências/medidas de contenção	1840/2024	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Analisado	Analisado
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	1840/2024	CRFB/88, art. 169, § 1º.	<p>Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência:</p> <p>I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;</p> <p>II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.</p>	Analisado	Analisado
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	1840/2024	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Analisado	Analisado

1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Analísado (Lei nº 2.200/2020)	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Analísado	Analísado
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	1840/2024	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Analísado	Analísado
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	1840/2024	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Analísado	Analísado
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	1840/2024	CRFB/88, art. 29- A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Analísado	Analísado
1.5. Demais atos de gestão						
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	1840/2024	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Analísado	Analísado
1.5.2	Segregação de funções.	Não analisado	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Não analisado	Não analisado
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
2.2.8	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento De ação governamental que acarrete aumento da despesa – Estimativa de impacto orçamentário- financeiro.	Não analisado	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO	Não analisado	Não analisado

2.2.9	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – Afetação das metas fiscais.	Não analisado	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	Não analisado	Não analisado
2.2.10	Execução de programas e projetos	Não analisado	CRFB/88, art. 167	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Não analisado	Não analisado
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Não analisado	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Não analisado	Não analisado
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Não analisado	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Não analisado	Não analisado
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Não analisado	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	Não analisado	Não analisado
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Não analisado	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Não analisado	Não analisado
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Não analisado	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Não analisado	Não analisado
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Não analisado	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Não analisado	Não analisado

2.2.30	Despesa – realização de Despesas – irregularidades	1840/2024	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	160	43
2.2.31	Despesa – liquidação	1840/2024	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	160	43
2.2.32	Despesas sem regular liquidação	1840/2024	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	160	43
2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	Não analisado	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Não analisado	Não analisado
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Não analisado	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Não analisado	Não analisado
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Não analisado	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Não analisado	Não analisado

2.3. Gestão patrimonial

2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Não analisado	CRFB/88, art. 100. / e Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Não analisado	Não analisado
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Não analisado	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Não analisado	Não analisado
2.3.5	Cancelamento de passivos	Não analisado	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Não analisado	Não analisado

2.4. Limites constitucionais e legais

2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	Não analisado	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	Não analisado	Não analisado
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite –redução do valor excedente	Não analisado	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	Não analisado	Não analisado
2.5. Gestão Previdenciária						
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Não analisado	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Não analisado	Não analisado
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Não analisado	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Não analisado	Não analisado
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Não analisado	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Não analisado	Não analisado
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Não analisado	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Não analisado	Não analisado
2.5.6	Contribuições previdenciárias dos servidores cedidos	Não analisado	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS exerce controle sobre a arrecadação dos servidores cedidos a outros entes, independente da modalidade de cessão.	Não analisado	Não analisado

2.5.7	Servidores cedidos	Não analisado	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Não analisado	Não analisado
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Não analisado	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Não analisado	Não analisado
2.5.11	Compensação Previdenciária	Não analisado	Lei 9796/1999, art. 4º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 23, III.	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS adota rotina de envio dos processos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a fim de gerar o direito a receber a receita de compensação previdenciária.	Não analisado	Não analisado
2.5.12	Orçamento	Não analisado	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Não analisado	Não analisado
2.5.13	Orçamento	Não analisado	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se no orçamento do RPPS que recebe cobertura de insuficiência financeira para complementação da folha de benefícios possui despesa fixada no mesmo montante correspondente na fonte de recursos do tesouro	Não analisado	Não analisado
2.5.14	Transparência	Não analisado	Lei 10887/2004, art. 9º, III. ON MPS SPS 02/2009, art. 15, III. ON MPS-SPS 02/2009, art. 21, parágrafo único.	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Não analisado	Não analisado
2.5.15	Atuação dos conselhos de previdência	Não analisado	Lei 9.717 de 1998, art.1, VI; Portaria MPS 402/2008, art. 10, §3º e art. 12; Orientação Normativa MPS 02/2009, art. 15, I.	Avaliar se os membros do Conselho ou órgão deliberativo do RPPS possuem os seguintes critérios: efetividade, paridade, legitimidade e grau de instrução compatível com as atividades do RPPS.	Não analisado	Não analisado

2.5.16	Obrigações do MPS	Não analisado	Portaria MPS 204/2008, art. 5, XVI.	Verificar o cumprimento das obrigações exigidas pelo MPS com o envio do DRAA, DAIR, DIPR e DPIN e demais informações necessárias para emissão do CRP.	Não analisado	Não analisado
2.5.18	Avaliação actuarial – reavaliação anual	Não analisado	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Não analisado	Não analisado
2.5.19	Cálculo atuarial – data base	Não analisado	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas brasileiras de contabilidade e regime de competência	Verificar se o RPPS realiza calculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício	Não analisado	Não analisado
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por lei	Não analisado	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, §1º.	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.	Não analisado	Não analisado
2.5.21	Plano de Amortização – estudo de viabilidade	Não analisado	Art. 40 da CF/88, art. 1º e 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 19 e 20.	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal, por todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.	Não analisado	Não analisado
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Não analisado	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Não analisado	Não analisado
2.5.23	Segregação de planos - estabelecimento por lei	Não analisado	Art. 40 da CF/88, art. 1º, 50, III e 69 da LRF. Portaria MPS 403/08, art. 21 caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações contábeis segregadas para cada plano.	Não analisado	Não analisado

2.5.24	Transferência de recursos entre Fundo Previdenciário para o	Não analisado	Art. 40 da CF/88, art. 1º e 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 21 § 2º;	Verificar se houve transferência de recursos entre os fundos, financeiro e previdenciário, seja recurso financeiro, orçamentário ou de contribuições e até de segurados.	Não analisado	Não analisado
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Não analisado	Lei Federal 10.887/2004, em seu art. 9º, inciso II. Portaria MPS 403/2008, arts. 12 a 14.	Verificar se o RPPS realize recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas "prova de vida".	Não analisado	Não analisado
2.5.26	Censo Atuarial	Não analisado	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Não analisado	Não analisado
2.5.29	Meta atuarial - definição	Não analisado	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 5º e 9º.	Avaliar se a definição da meta atuarial está adequada frente às projeções macroeconômicas à época da realização do cálculo atuarial.	Não analisado	Não analisado
2.5.30	Meta atuarial - cumprimento	Não analisado	Art. 3º, V da Portaria MPS 519/2011.	Avaliar o cumprimento da meta atuarial por meio das rentabilidades alcançadas em relação aos investimentos.	Não analisado	Não analisado
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	Não analisado	Portaria MPS 519/2011, art. 3º- A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Não analisado	Não analisado
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	Não analisado	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	Não analisado	Não analisado

2.5.33	Comitê de investimentos – Certificados dos membros	Não analisado	Portaria MPS 519/2011, art. 3º- A, alínea “e”.	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Não analisado	Não analisado
2.5.34	Política de Investimento	Não analisado	Lei 9.717/98, art.1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 3992/2010, art. 4º.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	Não analisado	Não analisado
2.5.35	Aplicação dos recursos	Não analisado	CF/88, artigo 164, § 3º. LC 101, art. 43.	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições oficiais.	Não analisado	Não analisado
2.5.36	Utilização do Formulário (APR)	Não analisado	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, Art. 3º-B.	Avaliar se o formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR) está sendo utilizado em todas as aplicações e resgates.	Não analisado	Não analisado
2.5.37	Registro de Admissões	Não analisado	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não analisado	Não analisado
2.5.38	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma	Não analisado	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não analisado	Não analisado
2.5.39	Registro de Pensões	Não analisado	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não analisado	Não analisado
2.5.40	Concessão e pagamento indevidos de aposentadoria por invalidez	Não analisado	Art. 37 da CF/88	Verificar se as aposentadorias por invalidez estão sendo concedidas por junta médica, composta por no mínimo três médicos peritos.	Não analisado	Não analisado
2.5.41	Pagamento de benefícios não previdenciários	Não analisado	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 5º.	Verificar se o RPPS está pagando benefícios distintos aos previstos para o Regime Geral de Previdência Social.	Não analisado	Não analisado
2.5.42	Pagamento Indevido de Benefícios por morte do beneficiário	Não analisado	Art. 63 da Lei Federal 4.320/64	Realizar checagens periódicas no SISOB, verificando se há pagamentos para beneficiários falecidos.	Não analisado	Não analisado

2.5.43	Pagamento Indevido – medidas de controle	Não analisado	Art. 63 da Lei Federal 4.320/64	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Não analisado	Não analisado
2.5.44	Ação de repetição de indébito em relação a pagamento indevido de benefício	Não analisado	Lei Local	Verificar se há medidas efetivas para a cobrança dos valores pagos quando houver o pagamento indevido de benefícios.	Não analisado	Não analisado
2.5.45	Despesa Administrativa – fixação em lei	Não analisado	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local.	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Não analisado	Não analisado
2.5.46	Despesa administrativa – cumprimento do limite	Não analisado	Lei 9.717 de 1998, art.1, III; Portaria MPS 402/2008, arts. 13, 14 e 15; Orientação Normativa MPS/SPS 02/2009, arts. 38, 39 e 41.	Verificar se houve recursos previdenciários cobrindo o excesso da taxa administrativa (atualmente a taxa de Administração é de até 2% do valor das remunerações, proventos, pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício anterior).	Não analisado	Não analisado
2.6. Demais atos de gestão						
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Não analisado	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Não analisado	Não analisado
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	1840/2024	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Não analisado	Não analisado
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	1840/2024	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	2	2
2.6.4	Pessoal – teto	1840/2024	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	18	18

2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Não analisado	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Não analisado	Não analisado
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	1840/2024	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	23	23

Tabela 1

3 – CONSTATAÇÕES E PREPOSIÇÕES

A Unidade Central de Controle Interno analisou os itens obrigatórios da tabela anterior (1.1.2 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária) referentes a realização das despesas sem prévio empenho, não sendo constatadas irregularidades, apenas recomendações de implementação de melhorias, o que feito através do OF. UCCI/PMCC n. 15/2024. Constatado que houve inscrição de Restos a Pagar em decorrência dos empenhos n. 128/2023 (R\$ 155.600,00); n.129/2023 (R\$ 1.680,00); n.130/2023 (R\$ 3.672,00); n.131/2023 (R\$ 17.310,00); n.132/2023 (R\$ 212.600,00), totalizando R\$ 390.912,00.

O saldo de caixa/bancos R\$ 390.975,99 existente em 31.12.2023, disponível para acobertar o valor de Restos a Pagar (R\$ 390.912,00) e tarifa bancária de 12/2023 prevista no valor de R\$ 63,99 que após liquidação e pagamento, e não sendo aquela efetivamente prevista deverá ser devolvida ao Tesouro Municipal.

O Poder Legislativo cumpriu com a Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante a Despesa Total de Pessoal. O Poder Executivo cumpriu rigorosamente com as transferências do Duodécimo fixado para o exercício de 2023 ao Poder Legislativo, conforme tabela 2.

VALOR TOTAL PERMITIDO (7% exercício anterior)	R\$ 3.116.635,23
VALOR TOTAL REPASSADO	R\$ 3.116.635,23
DIFERENÇA	R\$ (0,00)

Tabela 2

4 - PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do **Sr. Roberto Pessin Desteffani**, Chefe do Poder Legislativo do Município de Conceição do Castelo Estado do Espírito Santo, relativa ao exercício de 2023.

Com base nos objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 2 desta manifestação, a referida prestação de contas encontra-se **REGULAR**.

Conceição do Castelo – ES, 21 de março de 2024.

Clécio Eduardo Viana
Coord. Chefe da UCCI
Portaria 063/2024